

EUROPA,
ATLÂNTICO
E O MUNDO
MOBILIDADES, CRISES,
DINÂMICAS CULTURAIS

PENSAR COM

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

COORDENAÇÃO

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2017

**EUROPA: IDEIA, CULTURA, PROJETO – ‘EUROPEIDADE’
COMO TAREFA E COMO PROPOSTA**

Estevão C. de Rezende Martins

Professor titular (catedrático) da Universidade de Brasília

E-mail: echarema@gmail.com

Resumo

A União Europeia encarna um projeto que inclui três dimensões: uma concepção de Europa como pátria de valores, direitos e práticas (um modo europeu de ser); uma visão estratégica da política e da economia em um ambiente de paz e de prosperidade e uma ambição moral de exemplaridade (cultura política universal). A UE assume atitudes de persistência, paciência, prudência, parceria, participação e parlamentarização, cuja prática erige em princípios de ação.

Palavras-chave: Europeidade; Cultura europeia; Projeto europeu

Abstract

The European Union embodies a design that includes three dimensions: a concept of Europe as the home of values, rights and practices (a European way of being); a strategic vision of politics and economy in an environment of peace and prosperity, and a moral ambition of exemplarity (universal political culture). The EU assumes attitudes of persistence, patience, prudence, partnership, participation and parliamentarisation, whose practice establishes them as principles of action.

Keywords: Europeanism; European culture; European project

Europa é um termo polissêmico. Que seja empregado há séculos não lhe retira polissemia ou ambiguidade¹. A palavra ‘Europa’ é, pois, muito antiga – já a encontramos em Heródoto e mesmo dois séculos antes, em um contemporâneo do poeta Hesíodo. Seu significado permaneceu por longo tempo vago e não incluía qualquer sentido cultural ou político, nem para os gregos nem para os romanos². A ideia de Europa forma-se a partir da alta Idade Média, sob o influxo transterritorial do cristianismo (elemento cultural), fundamento de uma cristandade (elemento político), cujo resultado foi uma concepção universal (καθολικός) a servir de cimento à unidade civilizacional.

Antecedentes remotos

No século XVIII, o Iluminismo dá à Europa, senhora do mundo desde a expansão dos séculos XV e XVI e desde a centralização do poder em suas monarquias, um brilho particular, que transforma seu modo de pensar e de agir em modelo para todos os cantos apontados pela rosa-dos-ventos. Os transtornos da Revolução Francesa e do período napoleônico transformam o ambiente europeu, tanto pela secularização do pensamento quanto pela popularização do poder. A exacerbação dos nacionalismos na segunda metade do século XIX e os abalos das duas guerras mundiais na primeira metade do século XX são graves experiências que marcam o corpo e a alma dos europeus. Desse passado doloroso a memória tira lições de remorso e de esperança. Da esperança nasce o projeto de uma Europa em que se pudesse praticar a *sofrosine* como a *ataraxia*, pessoal e pública.

¹ DEVRET, Jean-François – *La nouvelle identité de l'Europe*. Paris: PUF, 1997; DEVRET, Jean-François – *L'élargissement de l'Union Européenne, Jusqu'ou?* Paris: l'Harmattan, 2004.

² Ver FIALHO, Maria do Céu; SILVA, Maria de Fátima Sousa; ROCHA PEREIRA, Maria Helena (Orgs.) – *Gênese e consolidação da ideia de Europa. Vol. I: De Homero ao fim da época clássica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005; OLIVEIRA, Francisco (Org.) – *Gênese e consolidação da ideia de Europa. Vol. III: O mundo romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005; CASTRO SOARES, Nair de Nazaré; MOREDA, Santiago López – *Gênese e consolidação da ideia de Europa. Vol. IV: Idade Média e Renascimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

Bela missão, árdua tarefa. Entretanto, o processo de construção europeia, na forma em que se constituiu a União Europeia, representa um ganho político e econômico, social e cultural ímpar. Esse processo pôs fim, inicialmente no espaço da Europa ocidental, a uma longa história de desentendimentos e conflitos, de rivalidades e de guerras. Após a queda do muro de Berlim, a União Europeia tornou-se referência de transformação para a Europa do leste e do sudeste. Ambas as ‘Europas’ viveram, até a década de 1990, sob o signo da lógica cruel da Guerra Fria. Seus itinerários, divergentes durante cerca de meio século, ora convergem.

Os processos de integração regional com características supranacionais são projeções políticas de ideais. Todo ideal possui, contudo, algo de problemático. As questões abrangidas por tais processos tornam-se problemáticas também por tangerem cordas sensíveis na consciência individual e coletiva das sociedades por elas atingidas. As etapas tarifárias, comerciais, econômicas, financeiras e mesmo políticas, consagradas em uma complexa – por isso mesmo nada transparente – arquitetura de tratados e instituições, provocam amiúde, para o assim chamado ‘homem da rua’, reações de incompreensão, dificuldade ou oposição mais do que o impulsionam a aderir ao projeto em construção. As taxas de abstenção (média: 43,11%) nas eleições europeias demonstram tal risco de alienação.

O projeto de integração europeia é manifestamente irreversível. Seu alcance político e estratégico, enquanto percebido socialmente como ‘escudo’ defensivo contra as ameaças de desestabilização, acaba por ser mais apreciado – de fato – do que deixam supor as manifestações internas a Estados-membros, como à Grécia, cuja gestão temerária nos últimos vinte anos colocou em risco as bases de seu pertencimento à União³.

³ A vulnerabilidade das economias geridas de modo mais ou menos arriscado na UE (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha), malgrado as regras e os critérios previstos, notadamente no Tratado de Maastricht, foi exposta quando da expansão acelerada da crise financeira americana dos ‘subprimes’, em 2008. O abalo do sistema bancário e securitário foi profundo e duradouro. Os efeitos fazem-se sentir há quase uma década. Ver, a propósito, WOODS, Ngaire – *The European Desunion*. Consultado em 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/2015-12-14/european-disunion>

Como entender, pois, que justo no momento em que a União Europeia aparecia, no plano internacional, como uma alternativa política e econômica bem-sucedida – a ponto de funcionar como referência para nada menos do que treze novos países ingressados desde 2004 (com mais cinco na fila) – ela pareça, social e culturalmente, tão distante e criticada no plano interno de muitos de seus países-membros, inclusive de seus fundadores?

Marc Bloch escreveu que a ‘Europa’ surgiu quando o império romano desmoronou. Lucien Febvre retoma essa ideia, em uma perspectiva temporal de longuíssimo prazo, em suas lições do imediato pós-guerra: a Europa “não é um continente..., não é uma divisão geográfica do globo..., não é um departamento racial da humanidade branca..., não é uma formação política definida...”, a Europa é “uma incontestável, uma inegável unidade histórica..., uma unidade feita de diversidades, de pedaços, de fragmentos extraídos de unidades históricas anteriores...”⁴. Febvre exprime uma dupla convicção: o longo alcance da ideia de Europa no passado e o futuro certo do projeto europeu. Com efeito, ele defende ser a ideia de Europa uma concepção em devir desde a antiguidade grega. Se a Grécia inventou a Europa, o mundo grego não era um mundo europeu. A noção de Europa não emergiu de uma série de observações e experiências empíricas diretas. O nome ‘Europa’, invenção mítica e abstrata dos gregos, é anterior à “noção real, vivaz e amiúde engajada, de unidade civilizacional”. De qualquer modo, o termo ‘Europa’, como denominador comum é raramente utilizado, pois prevalece o termo ‘cristandade’ para designar o espaço político-religioso latino.

O mosaico de fragmentações atravessa os séculos, tabuleiro sobre o qual príncipes e antístetes guerreiam pela hegemonia. Se unidade devesse haver, far-se-ia sob a liderança absoluta deste ou daquele senhor ou país. Tais autorreferências foram reforçadas pela expansão marítima e colonial. Essa expansão foi acompanhada pelo fenômeno do Renascimento,

⁴ FEBVRE, Lucien – *L'Europe. Genèse d'une civilisation*. Paris: Perrin, 2000.

em que a cosmovisão antropocêntrica ganha força pelo progresso da racionalidade, pela exaltação do saber, pela apropriação antropológica do legado da Antiguidade. Proezas do pensamento e façanhas econômico-militares da expansão conduzem à valorização da crítica e da autonomia. O cristianismo se cinde com a reforma protestante e a cristandade perde sua força unificadora. Está aberto o espaço para que entre no jogo cultural o termo Europa. E não apenas o termo, mas a concepção de uma unidade que se deve buscar e garantir, malgrado o elevado preço do conflito das hegemonias. Esses conflitos perdurarão até meados do século XX. O mundo europeu vê-se confrontado com a necessidade de definir-se agora por contraste com um mundo ‘novo’ que, a seus olhos, é indefinido e, quiçá, fonte de ameaça. A república das letras se contrapõe à monarquia centralizadora, cuja lógica político-teológica só começa a fissurar-se com as revoluções inglesas do século XVII e com a francesa, ao final do século XVIII.

No século XVIII, o saber recebe notável incremento com o intercâmbio cultural entre as cortes europeias, a multiplicação das academias, o prestígio dos salões literários, a atividade das lojas maçônicas, a diversificação do comércio e da indústria (mesmo incipiente). Entre as elites europeias (de pouco número, mas de grande influência), as viagens se banalizam e as ideias filosóficas, as obras literárias ou artísticas, os progressos científicos, as teorias políticas e econômicas, as doutrinas jurídicas circulam em velocidade crescente. Vai-se constituindo um espaço sem fronteiras, frequentado sem levar em conta os limites políticos, militares e econômicos que mapeiam a Europa.

As transformações da quadra 1790-1820 acarretam certa estandarização dos Estados, quanto à sistematização jurídica e administrativa. Para este como para aquele Estado (por exemplo: a monarquia francesa restaurada), dar força à ideia de Europa como berço comum (mas apropriada por este ou aquele na sua concepção do que ‘é’ a ‘verdadeira noção’ de Europa) serve de duplo mecanismo político: prevenção quanto à ameaça que o outro representa; sustentar a própria liderança como

única legítima. Paradoxalmente, a concepção de um ‘berço comum’ passa a circular para constituição e reforço do ‘berço incomum’: minha, sua, nossa nação. A estratégia política do equilíbrio pela entente e do concerto das nações consagra a ‘nacionalização’ do tabuleiro europeu. Comum é um legado histórico, incomum o papel presente a desempenhar e a liderança futura a garantir.

Em suas memórias, Stefan Zweig mostra a nostalgia de um homem culto, egresso do mundo anterior a 1914: a ideia de Europa como garantia de paz, de segurança, por contrastar com a experiência na Primeira Guerra Mundial⁵. A exaltação desmedida dos nacionalismos, que levou ao conflito, e sua repetição com a Segunda Guerra, produziram um duplo efeito bem expresso por Zweig: a nostalgia idealizada e utópica de uma Europa anterior plácida e tranquila (que de fato jamais existiu assim) e o desalento quanto à sua sobrevivência. Desalento e desespero levam também outros intelectuais a desistir do combate: Walter Benjamin ou Kurt Tucholsky, por exemplo.

A violência do choque projeta os europeus que lideram a reconstrução de um continente em frangalhos a suplantar hesitações, a afrontar obstáculos, a abandonar preconceitos, a abraçar a tarefa de restaurar a esperança.

Após 1945, a construção de uma Europa comum tornou-se projeto, expectativa, utopia – mas também dificuldade, temor, incerteza. Projeto algum, em particular político, pode ser pensado como fadado necessariamente ao sucesso ou ao fracasso. O maniqueísmo das posições ‘tudo ou nada’, como demonstra o percurso da União Europeia desde seus albores, não descreve nem explica a tessitura da aventura e da ousadia da Europa ora chegada ao século XXI com mais de sessenta anos de caminhos percorridos.

⁵ ZWEIG, Stefan – *Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers*. Estocolmo: Bermann-Fischer, 1942.

Europa projeto – moto perpétuo

A Europa se caracteriza por seu projeto. Da esperança e da expectativa forma ela sua unidade, consciente de que, no pormenor, podem estar falhas e frustrações. A união é um moto perpétuo, se a remissão a Paganini se aplica: sem engajamento contínuo e reiterado, não há linha melódica, não há proveito estético – ou político, ou econômico, ou estratégico, ou lá qual for.

Esse empreendimento consciente, negociado, complicado – além de complexo – responde a exigências transcendentais, obedece a critérios arduamente elaborados, segue cronograma custosamente fixado, promove intencionalmente foros de discussão, deliberação e execução, atua participativamente. Não deixa de parecer, no entanto, um mamute opaco e um emaranhado indecifrável a muitos. Preço do crescimento? Certamente, mas igualmente a hipoteca de um processo democrático em que lidar com estoque crescente de protagonistas de seis a 28 impõe camadas de negociação e lida com operações idiossincráticas que não estão ao alcance da compreensão de qualquer um. A ignorância das variáveis não justifica, porém, a oposição ou a rejeição cegas por força de preconceitos (não raro de cunho nacional egocêntrico – político, econômico ou cultural).

Tornar viável um espaço amplo europeu de convivência pacífica, de tolerância social e cultural, de deliberação política partilhada e de atividade econômica concertada – uma busca que, modernamente, tem desde o século XVII defensores aplicados, que não se deixam intimidar ou desanimar pelos inúmeros desvairios pensados, praticados ou perpetrados por europeus ao longo dos séculos. Lembre-se o movimento de instituição e consolidação das regras internacionais de direito para as relações entre os Estados, em cujo percurso se encontra, por exemplo, Hugo Grotius (1583-1645). Políticos atuantes deixaram também seu nome associado a projetos e propostas sistemáticas de unificação europeia. Somente nos anos 1950, sob o impacto traumático dos conflitos que se encerravam, reuniu-se vontade política suficiente para levar adiante, sem marchas-a-ré, o primeiro projeto de uma unificação europeia efetiva, mesmo se lenta e forçosamente gradual.

Mais de meio século depois, importa registrar resultados, insuficiências e projeções. A razão primeira da integração europeia era criar uma zona de paz, tornar impossível novo conflito entre beligerantes contumazes. Setenta anos depois do fim da Segunda Guerra, esse objetivo está claramente realizado. Em boa medida o espaço de prosperidade econômica almejado pelos idealizadores do projeto igualmente foi instituído, reconhecidos os percalços por que passa qualquer projeto econômico. Em ambiente de paz e de estabilidade econômica, a política pode igualmente agregar a afirmação, a defesa e o aprofundamento dos direitos e das liberdades fundamentais. O *acquis communautaire* foi-se tornando uma riqueza comum prezada e protegida. E ambicionada, como se constata da ‘corrida para oeste’ ao fim da Guerra Fria, resgatando o ‘ocidente sequestrado’, no dizer de Milan Kundera⁶.

Reconhecidas as etapas transpostas e apreciados os resultados obtidos, os desafios enfrentados pela União Europeia se metamorfoseiam a cada instante e mantêm europeus e seus processos decisórios sob pressão. É próprio a empreendimentos humanos ser assim e passar por tais desfiladeiros. Uma das passagens estreitas mais penosas parece ser a transferência, o compartilhamento ou a complementaridade da ‘soberania nacional’, herança opaca de longa tradição de autoreferência sustentada principalmente pela consideração do outro como rival, concorrente ou ameaça. O itinerário da União, malgrado os estreitos que tem de atravessar, aponta com clareza para um progresso, em ritmo inconstante mas contínuo, da formação e da consolidação de uma Europa política. Os arroubos e os discursos agressivos, no plano europeu, como no caso da Hungria ou da Polônia em 2015, por exemplo, mais se explicam pelas circunstâncias da política interna e de crises conjunturais (como a vaga migratória sem precedentes) do que por um defeito insanável da arquitetura da União Europeia.

⁶ KUNDERA, Milan – « Un Occident kidnappé ou la tragédie de l’Europe centrale ». In *Le Débat*. V. 5, N.º 27, pp. 3-23.

Antecedentes próximos

A história da Europa ocidental após 1945 ficou marcada por uma dupla reação defensiva. De uma parte, era-lhe necessário reconstruir a gigantesca ruína a estava que reduzida. De outra, haver-se com a contraposição ideológica e militar à Europa centro-oriental dominada pela União Soviética e à visão de mundo por ela encarnada. O itinerário das Comunidades Europeias desde suas primeiras versões marca sua 'lógica defensiva e reconstrutora'. Jean Monnet (1888-1979) desempenha um papel preponderante na conformação das primeiras opções estratégicas. Com efeito, Monnet influencia – com persistência, embora nem sempre com habilidade – o progresso da consciência política da conciliação e da reconciliação no mundo europeu ocidental.

Esse sentimento já surgira como reação ao desastre que foi a I Guerra Mundial. O anseio pela paz e o movimento de preservação do legado civilizatório ocidental expressos à Sociedade das Nações pelo ministro francês do Exterior, Aristide Briand, em 1930, sofreram um revés brutal com os fascismos e com a II Guerra Mundial. Renasceram na adversidade, portanto. Pode-se dizer que o 'paneuropeísmo' de Richard Coudenhove-Kalergi, em 1923⁷, recebeu novo impulso a partir de 1945. Todas as correntes políticas e sindicais, com exceção das de inspiração comunista, prisioneiras de sua fidelidade ideológica, criaram organizações europeias. A 'mensagem aos europeus' do congresso na Haia, em maio de 1948, é um marco nesse caminho: dele surge o Conselho da Europa, cujo foro serviu de ambiente para a manutenção do sistema de consultas bi- e multilaterais, tanto no plano econômico (como caixa de repercussão do sistema OCDE) quanto no âmbito político (ecoando as negociações de cooperação e segurança na Europa, inclusive a conferência de Helsinqui em 1975⁸).

É nos Tratados de Roma (1957) que desembarca, na história da Europa ocidental, uma novidade política. A 'pequena' Europa, reunindo o Benelux

⁷ *Pan-Europa*. 1923 (ed. francesa: Paris: PUF, 1988).

⁸ Por iniciativa da União Soviética, a conferência durou de 1972 a 1975 e representou, à altura, ganho no processo de distensão nas relações leste-oeste. A Ata Final de Helsinqui marca um passo importante no processo de superação da bipolaridade na Europa.

(união aduaneira da Bélgica, dos Países Baixos e do Luxemburgo desde 1.1.1948) à França, à Alemanha e à Itália inaugura o percurso da assim chamada política dos ‘passos curtos’, para assegurar – no dizer de Jean Monnet – realizações concretas e bem delimitadas. É certo que o plano político europeu deveu muito à ação decidida, não apenas de Jean Monnet, mas também à de outros políticos europeus. O alemão Konrad Adenauer (1876-1967), chanceler federal de 1949 a 1963, foi o artesão tanto da reconstrução da Alemanha quanto de sua inserção nas alianças ocidentais. O italiano Alcide de Gasperi (1881-1954) imprimiu à política da república italiana uma clara tendência europeísta e federalista. O francês Robert Schuman (1886-1963) foi fundamental para dar formato concreto à ideia de uma política industrial comum na energia e na siderurgia. O belga Paul-Henri Spaak (1899-1972) teve uma ação marcante em três frentes: chefe do governo belga após a guerra e, em seguida, ministro do Exterior, agiu com firmeza em favor das uniões sucessivas, cuja exigência se impunha diante da experiência duríssima da guerra e da ocupação pelo inimigo. Spaak tornou-se secretário-geral da OTAN (1957-1961) e foi um dos responsáveis diretos pelo êxito das negociações que levaram aos tratados de Roma.

Alcance e ambição

A integração europeia ocidental foi iniciada no plano estratégico e econômico. As iniciativas sempre se mantiveram dentro do âmbito governamental e estatal. As relações entre os países-membros se davam, antes de mais nada, entre governantes e instâncias públicas. A interação social permaneceu embrionária. As parcerias entre municípios – notadamente entre França e Alemanha – contribuiu para aproximar pessoas e superar desconhecimentos mútuos. Esse fator teve importância social estratégica na atuação desses países – de modo mais intenso após o tratado de amizade de 1963 –, como ‘dupla dinâmica’ da política comunitária⁹.

⁹ MARTINS, Estevão C. de Rezende – «Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013)». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. V. 56, N.º 1, 2013, pp. 60-84.

Com o aumento do número de países-membros, tornaram-se evidentes, ao lado de questões gerenciais cada vez mais complexas, aspectos problemáticos nos campos da identidade política e da cultura. Esses aspectos passaram a ocupar o primeiro plano, a partir dos anos 1990. A introdução do euro obedece à prioridade econômico-financeira inevitável após o longo período de criação de um mercado comum e de políticas comuns para a indústria, a agricultura e o comércio. Os insistentes comentários – oficiais e oficiosos – mesclaram clareza política quanto à decisão monetária com o receio de que os cidadãos recebessem a moeda com um ceticismo que comprometesse os resultados. Consta-se o sucesso da substituição da moeda ‘histórica’ de doze dos quinze países da União Europeia por uma unidade monetária comum. No entanto, como não reconhecer que a identificação dos cidadãos com o projeto europeu era demasiado tênue? Como não perceber que, ao contrário do que se pensava haver suscitado, não poucos europeus percebiam a ‘grande Europa’ como uma ‘terra de ninguém’ em que se dissolveriam? Que os ‘pequenos países’, como Portugal ou a Irlanda, ou ainda a Grécia, poderiam estar-se sentindo ‘ameaçados’ pelos ‘grandes’ (Alemanha, França, Grã-Bretanha)? Para compreender tais paradoxos da esperança e da desesperança é preciso ter presentes os elementos históricos de longo prazo¹⁰.

O ousado salto do alargamento da União Europeia em 2004 foi uma oportunidade histórica e, simultaneamente, um enorme desafio político. A inclusão de mais dez países da Europa Central e do Leste Europeu representou uma importante contribuição para a superação de uma divisão que já durava demais. No primeiro dia de maio de 2004, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Hungria

¹⁰ Ver, por exemplo: HOWSE, Robert; NICOLAIDES, Kalypso (Orgs.) – *The Federal Vision: Legitimacy and Levels of Governance in the United States and the European Union*. Princeton University Press, 2001. BAYROU, François; BARRE, Raymond – *Le défi américain. Menace ou atout pour la construction européenne*. Paris: Economica, 1998. MARTINS, E. de Rezende – *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.

e Chipre (após o fracasso do referendo, apenas a parte grega da ilha) foram admitidos como membros titulares. Com a inclusão da Romênia e Bulgária em 1 de janeiro de 2007, a UE se expandiu a 27 membros. Em 1 de julho de 2013, a Croácia tornou-se seu 28º membro. Hoje, a UE possui mais de 500 milhões de cidadãos. Seu objetivo é promover uma unidade abrangente dentro de uma diversidade extraordinária.

O ano de 2004 trouxe a oportunidade de registrar-se o esforço constante da jornada europeia rumo a uma unidade ainda maior. A ampliação de 2004 foi corajosa. Ao admitir dez países ao mesmo tempo e depois mais três, a União Europeia deu um passo adiante ousado e arriscado. As expectativas quanto aos benefícios da expansão política e econômica, sob os riscos de contrastes nos desequilíbrios sociais e nas assimetrias socioeconômicas em países com cicatrizes similares, como os 6-UE 'originais' com um duplo grau de incidência (o período do nazismo, 1939-1945, e o período soviético, 1945-1990), colocaram a União em uma situação política e institucional complicada. Muitos consideraram que a União não estava 'adulta' para dar este passo. É essa coragem, porém, que faz com que o desafio valha a pena. Quanto mais complexo for o objetivo, mais árduo será o percurso¹¹.

E mais: aprofundar o modelo político de democracia, expandir a economia social de mercado e consolidar liberdades e direitos, excluindo antigas ideologias distorcidas dos compromissos de adesão e suas implementações, contribuiram para abrir o caminho. Houve, no entanto, um preço adicional: a inserção no bloco ocidental representou uma escolha com consequências para as relações com a Rússia e os demais países do antigo sistema soviético que ainda teriam que ser equacionadas. Muitas outras questões têm de ser administradas, como, por exemplo, a dependência energética e comercial multilateral.

¹¹ Ver MARTINS, Estevão de Rezende – «União Europeia: política externa entre ambição e ficção». In *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 215-236.

Certamente, o desafio da modernização política, alcançada pela UE-28, valeu a pena (institucionalização democrática, liberdades e direitos), bem como os desafios da modernização econômica (antes e depois da adesão), da gestão de movimentos nacionalistas, da compensação dos déficits de solidariedade e subsidiariedade – gradual mas certamente, do combate ao oportunismo econômico, da negligência (quando o embate político interno se acentua). De fato, a embarcação precisa ser reformada durante a navegação. Algumas promessas não foram mantidas em sua totalidade, como a Convenção de 2003 e seu ‘projeto de tratado constitucional’. As frustrações relacionadas aos referendos de 2005, nos Países Baixos e na França, demonstraram quanto a autorreferência afeta o projeto e a coesão europeia e internacional.

Mas o esforço é gratificante. O amadurecimento político é evidente: a unidade é uma força eficaz, apesar da nostalgia e da melancolia, e é possível preservar o crescimento econômico por meio de solidariedade, tanto durante a calma quanto na tempestade (como ocorrido em 2008 e nas medidas com as quais a União reagiu, aumentando a solidariedade e a cooperação decisória). As possibilidades para o futuro, na forma de perspectivas de longo prazo, não desapareceram. Ao contrário: mudanças de mentalidade, resolução de disputas e atritos, aceitação das diferenças junto com a estabilização de elementos comuns geram progressos: diferenças são um patrimônio cultural, e não uma ameaça, fator de risco ou forma de ruptura. Assim, a ampliação deve levar à construção de um sistema de valores, não a uma hierarquia de hegemonias. As diferenças e assimetrias exigem, de fato, uma grande quantidade de realismo: o Clube UE-28 não é, obviamente, uma realidade uniforme em todos os aspectos.

Europeidade

Na tradição europeia o recurso a um patrimônio valorativo ou a uma civilização originária comum é habitual. Esse recurso, entretanto, pouco foi além, ao menos no período moderno, de um artifício de retórica.

Conflitos e rivalidades predominaram – interna e externamente – o que comprometeu, até a segunda metade do século XX, a eventual dimensão prática, no cotidiano dos europeus de todos os quadrantes, de sua comunidade de valores ou crenças. Assim, o passado europeu referido, comum em certos aspectos a sociedades que se diversificaram com o tempo, registra um afastamento e uma concorrência crescentes entre os estados nacionais, em um processo de radicalização que fez do espaço europeu um teatro de conflitos entre ambições hegemônicas. A expansão colonial de determinadas nações europeias exportou para o resto do mundo suas semelhanças e diferenças, seus jogos de alianças e de conflitos, tornando global o padrão europeu tanto das rivalidades quanto das invocações de certeza e legitimidade. O conceito de Europa e de europeus, de sua mentalidade coletiva e do surgimento dessas entidades emergiram de modo lento, conturbado e contaminado pela ideia de hegemonia e dominação. A contiguidade dos povos no território continental não bastou – e não basta – para associá-los em uma unidade espontânea, com a qual cada sociedade – e, *a fortiori*, cada pessoa – se sentisse imediatamente identificada. Modos de pensar, mentalidade, cultura, formas de vida cotidiana e práticas sociais são mais importantes do que a contiguidade espacial. É certo que a contiguidade pode auxiliar, como parece ser a tendência europeia (ocidental) recente. Recentíssima mesmo. O passado aponta na direção oposta. O imaginário unificador que se busca afirmar como um traço identificador histórico das sociedades europeias, embora não inteiramente descabido, encerra uma boa dose de simplismo, de otimismo e – em parte – de mitificação. Isso obsta a que se sustente a ideia e a tarefa da integração. A ideia, como já se disse, nada tem de nova. Sua efetivação, contudo, esteve (e está ainda) situada no plano da ‘mera’ iniciativa política formal da ação estatal, governamental.

Europa e europeus são, pois, uma realidade empírica de grande diversidade. Há um grande mosaico de espaços geográficos impregnados de ação humana multissecular, de estados (mais ou menos) nacionais, de sistemas políticos e sociais variados, de fidelidades políticas e de

pertencimentos étnicos múltiplos e concorrentes, de tradições históricas, de heranças culturais e de relações econômicas complexas. Dessa perspectiva, a ‘ideia de Europa’ se apresenta como uma noção complicada e condicional, mas também redutora.

A preeminência da organização estatal e do centralismo político é clara na história europeia. Isso não impede que se encontre uma grande variedade de organizações estatais. Essa mesma história deixa claro que os estados europeus, regra geral, afirmaram-se às custas uns dos outros, ao longo de séculos¹². O acúmulo de experiências e das marcas profundas de sofrimento e trauma, que culminam na rude experiência vivida, no entreguerras, trouxe à consciência dos europeus, se não impôs, a necessidade de assegurar a paz ‘dentro de casa’. A Europa como alternativa política e econômica tornou-se um trunfo. Para si mesma e para a estrutura das alianças ocidentais.

A União Europeia foi organizada por iniciativas políticas concretas dentro do modelo da interdependência mediante integração. Os estados – formalmente mantidos em sua estrutura histórica – transferem a uma terceira instância certos direitos soberanos. O modelo dos estados nacionais pesa nas experiências históricas da Europa. A União Europeia, hoje um construto político multifacetado, interdependente e integrado, ainda tem de lidar com essa realidade.

A concretização dos projetos de integração europeia foi favorecida não apenas pela vontade de determinados políticos, mas também pela necessidade política. O enquadramento transnacional apareceu como um mecanismo de defesa e preservação dos interesses europeus em uma conjuntura política e econômica inicialmente desfavorável. Da perspectiva ocidental, o projeto ‘Europa’ foi visto também como contrapeso estratégico ao expansionismo soviético. Essa hipoteca já não pesa sobre a Europa. Outras surgiram, notadamente a entrada maciça da China no tabuleiro econômico e comercial. Pensando bem, tanto no plano econômico (na

¹² CARBONNELL, Charles-Olivier *et al.* – *Une histoire européenne de l'Europe*. Toulouse: Privat, 2000.

matriz energética, na sustentabilidade da prosperidade e na regulação do comércio) como no plano político a União vem-se mantendo, renovando e expandindo – em que pesem vozes semicéticas como a de Ngaire Woods, que se concentra primariamente na diversidade e complexidade do processo decisório europeu como obstáculo à agilidade e prontidão de resposta da União, em especial comparativamente com países de comando unitário como os Estados Unidos ou a China.¹³

‘P’ como projeto, proposta, princípio

Parece possível extrair, da história de construção da União Europeia, desde seu esboço na conferência de Messina, em junho de 1955, até o esforço de superação das dificuldades postas pelo projeto de tratado constitucional, mediante o Tratado de Lisboa de 2007, seis princípios de atuação prática. Trata-se de seis ‘p’ que parecem dar uma tessitura de sustentação à continuidade das linhas de longa duração da construção europeia. São eles: persistência, perseverança, paciência, prudência, parceria e parlamentarização. Um esboço sumário:

1. Persistência

Tal princípio transparece da fixação de objetivos e de sua projeção em programas de ação. Esses objetivos e essas ações buscam instaurar a paz política, interna e externa, e o bem-estar social mediante o desenvolvimento econômico. Esse princípio adquire contornos nítidos após 1945, e apresenta sinais nítidos de durabilidade como apontam as medidas de concerto tomadas no pós-2008, como a criação do Fundo Europeu de Estabilização Fi-

¹³ “The idea of European federation promised peace within Europe’s borders and global influence beyond them. But Europe is not on the path toward that future. The eurozone crisis has cracked the foundations of European integration. European countries have successfully cooperated over the past six decades and are likely to continue to do so... The result will be a Europe that continues to use, but does not fully exploit, its collective political and economic weight in the world.” [ver nota 3].

nanceira (2010) e a adoção do Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governança (Pacto orçamentário europeu, 2012) – que vai além do Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997/2005), corrige-o e o complementa.

A ideia de Europa e sua história intelectual entre os europeus indicam uma duração persistente do impulso de construir uma entidade política e ideal que permita suplantar a fragmentação multissecular do tabuleiro europeu e represente o denominador comum entre seus membros. O realismo pragmático faz reconhecer que a comunidade não elide a diferença, mas a persistência faz avançar, como regra compartilhada, a comunidade por sobre a particularidade. Resta que, em momentos de crise, na ‘ponta da sociedade’, o particular, o individual, o privado (incluindo o nacional ou protonacional¹⁴), vem a estar mais presente no discurso e na ação de atores políticos e sociais. Tal não parece haver feito recuar o andar da integração.

A persistência dos objetivos e das ações dá seus frutos. É no período inicial que se firma a persistência do ideal da unificação da Europa e de seu quadro institucional. Os debates foram intensos e repetidos. As crises políticas e militares, ao longe – como no caso da guerra da Coreia ou da Indochina, e por perto – como no caso do bloqueio de Berlim ou da repressão na Hungria, ao invés de promover o esmorecimento, reforçam a circulação da ideia de integração e de coesão. Em 9 de maio de 1950 Robert Schuman deflagra o processo, com a declaração que consagra no espaço público a tese de Jean Monnet: a da supranacionalidade por transferência gradual e controlada de soberania em setores estratégicos da economia. É o primeiro passo das ações graduais e funcionais, concretas e práticas, marcadas pela perseverança, no processo decisório europeu.

¹⁴ Ver HOBBSAWM, Eric – *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Or. inglês: Cambridge University Press, 1990). ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.

2. Perseverança

O processo de integração começa, assim, no início dos anos 1950. Mantidas em tese as regras vestfaliana e vienense, do respeito à soberania dos estados e ao equilíbrio intergovernamental, elabora-se gradualmente uma versão modificada do direito internacional público, na qual a rigidez doutrinária da soberania plena – independentemente do poderio econômico, político ou militar de cada país – poderia ser flexibilizada, aos olhos dos políticos encarregados de gerir a reconstrução, sem que isso representasse diminuição ou subordinação.

Nessa perspectiva, o caminho para as tomadas de decisão requer perseverança. As modificações políticas e jurídicas espraiam-se por quase setenta anos, sem que esmoreça a vontade de fazer coisas, mesmo se o ritmo não seja o mesmo em todos os momentos. A persistência dos ideais passa a ser acompanhada pela perseverança nos atos. O pragmatismo da integração requer de seus propugnadores a perseverança na realização das decisões necessárias – quer como governantes quer como cidadãos. Perseverante no esforço de concretização dos ideais de integração, Jean Monnet entende que os estados-nações podem decidir as transferências parciais e sucessivas de soberania formal sem percalços, na medida em que o campo de aplicação seja estratégico para as economias desses estados e capaz de desenvolver-se e consolidar-se por si mesmo, assegurando às instâncias supranacionais o fundamento de suas competências e de seu poder.

A efetivação de instituição supranacional (ou de mais de uma, em função dos diversos entes políticos: UE, Espaço Schengen, Zona Euro e assim por diante), a igualdade dos estados-membros, a decisão por maioria, a transferência de competência (sem volta, não se tratando de mera delegação transitória), a escolha de setores estratégicos de atuação com autonomia de desenvolvimento – ações aparentemente simples, mas de grande complexidade política e sobretudo tributárias de zelosa perseverança, dado o árduo caminho de sua implantação. É dessas ações duradouras e de seu regular relançamento que decorre a maior transfor-

mação institucional em estados contemporâneos desde a disseminação da democracia liberal, e o modelo mais bem-sucedido de integração regional no mundo moderno. A perseverança de ações, aliada à persistência de objetivos, faz emergir as primeiras comunidades europeias.

3. Prudência

Um dos primeiros indicadores da atitude prudente, também chamada de gradualista, é a escolha do momento para a difusão da declaração de Schuman em 1950, na véspera da abertura da conferência de Londres sobre as reparações de guerra. Com efeito, a França precisa tomar uma iniciativa marcante, ditada pela prudência recomendável de não se contrapor irreparavelmente à influente estratégia norte-americana para a política europeia. A pressão estadunidense tenciona promover a aproximação entre os estados europeus ocidentais. Essa posição contraria os interesses imediatos da França, que insiste nas compensações a receber da Alemanha. Comprometida a viabilidade de tais compensações, à França resta o galardão da iniciativa diplomática do movimento comunitário. Um outro indicador aparece pouco mais tarde, com a discussão e o confronto em torno da proposta de uma comunidade europeia de defesa (1952-54). Embora os cinco demais países (Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) ratifiquem o tratado correspondente, a França – signatária, é fato – não o ratifica por uma tríplice prudência: seu envolvimento na guerra colonial na Indochina, a questão da subordinação de comando a norte-americanos (mesmo se aliados) e o precedente da Inglaterra, que recusa já em 1952 qualquer tipo de entidades supranacionais.

Ao gradualismo prudente das medidas intergovernamentais que precedem os tratados de Roma associa-se determinado grau de sintonia política entre os dirigentes francês, alemão e italiano: Schuman, Adenauer e De Gasperi pertencem ao campo da democracia cristã clássica europeia, voltada para aspectos morais na condução dos negócios públicos e, em certa medida, favorável à tolerância pragmática. É-lhes claro que

o crescimento econômico não pode ser só ‘nacional’. Sua ‘supranacionalidade’ depende do reordenamento interno em cada país. Não interessa a ninguém opor um ao outro. O dinamismo da construção comunitária, por força da prudência – um passo após o outro – é colocado na ordem do dia na conferência de Messina, que reúne os ministros das Relações Exteriores dos Seis de 1 a 3 de junho de 1955. O programa de um cuidadoso planejamento estratégico deságua no relatório Spaak, encomendado em Messina e aprovado em Veneza em 29 e 30 de maio de 1956, cuja ambição é definida de modo restritivo: o objetivo de um mercado comum deve criar uma vasta zona de política econômica. Ainda assim a prudência acarreta a elaboração de dois tratados distintos, que entram em vigor em 1 de janeiro de 1958.

O estilo prudencial parece acompanhar o sistema decisório das comunidades europeias durante todo o itinerário de sua construção. O movimento dos assim chamados ‘dentes de serra’, característico do processo de integração europeia, formando piques e quedas, mostra sobejamente o caráter prudencial e gradualista (mas não oscilante ou hesitante, como querem certos autores, principalmente ingleses) do itinerário comunitário.

A mesma prudência é constatável na tarefa institucional complexa cometida à Convenção Europeia de 2002. Jorge Sampaio, Presidente de Portugal, deu à altura expressão inequívoca ao que se pode chamar de ‘cláusula prudencial’ do processo europeu:

“[A] diversidade de atitudes e posições por parte dos participantes e obreiros da construção europeia, que não tem obstado ao seu enorme sucesso, só é possível porque a Europa tem sido, desde o início, um projeto aberto, prosseguido através da negociação e do compromisso, almejando a integração mais do que a unificação da Europa.”¹⁵

¹⁵ Discurso perante o Parlamento escocês, em 14.2.2002. Versão em inglês: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-748.html> (acesso em 29.1.2016).

Como a persistência dos objetivos e a perseverança das ações vão de par, assim também vão a prudência das decisões e a paciência dos atores políticos do processo de integração. A precipitação e a inconsequência eram deslocadas no período da guerra fria, pelos riscos que acarretariam, como são hoje, quando a União Europeia tem de lidar com os critérios de sua expansão e de sua atratividade, por assim dizer, com o preço de seu sucesso.

4. Paciência

Pode parecer bizarro propor a paciência como um dos princípios de atuação da União Europeia. Convém, contudo, lembrar que essa virtude caracteriza a prática política dos dirigentes europeus, juntamente com a persistência, a perseverança e a prudência. Joschka Fischer, em seu discurso em Berlim, aos 12 de maio de 2001, lembrou a exemplar paciência e confiante projeção para o futuro de que fez prova Schuman ainda em 1963:

“Precisamos construir a Europa unida não apenas no interesse das nações livres, mas também para admitir os povos da Europa do leste a essa comunidade se, liberados da coação sob a qual vivem, desejarem ingressar e contar com nosso apoio moral. Devemos-lhes o exemplo de uma Europa unificada, fraterna. Cada passo nesse caminho representará para eles uma nova oportunidade. Eles necessitam nossa ajuda para realizar sua transformação. É dever nosso estar preparados.”

Novamente Joschka Fischer, ao discursar perante o Parlamento Federal Alemão, em 22 de fevereiro de 2002, dias antes da instalação da Convenção Europeia, coloca-se em perspectiva histórica e destaca o papel da paciência institucional que deve envolver o processo atual de expansão. Essa paciência, todavia, já está presente desde há longos anos. Ela deve ser própria não apenas a dirigentes e responsáveis políticos, mas igualmente em todos os níveis e setores sociais.

A paciência institucional e social é uma atitude e uma diretriz. Atitude, na medida em que as reivindicações coletivas de participação nos

processos decisórios – notadamente no formato do Parlamento Europeu – evidenciam a impaciência (por contraste!) das sociedades nacionais em verem seus pontos de vista mais claramente levados em conta. Nesse sentido os Tratados de Nice (2001), e de Lisboa (2007) introduzem alterações de monta nos processos decisórios, inclusive na composição e nas competências do Parlamento. A transparência exigida pelos movimentos sociais corresponde a um anseio longamente alimentado por círculos cada vez maiores de cidadãos, interessados em participar de processos decisórios de forma ativa. Isso é importante porque a paciência social tem limites, mais restritos que os dos atores institucionais, como os governos. Na medida em que a integração não se processa no quadro mais ou menos familiar de um conjunto geográfico e político tornado habitual ao longo de quase setenta anos, ressurgem sentimentos nacionais por longo tempo adormecidos, despertados por uma Europa em profunda mutação e cuja agilidade de reação parece a muitos comprometida, se não inviabilizada. Os grupos sociais cobram dos decisores diretos levar em conta os componentes culturais de cada sociedade ao desenharem o perfil de uma União com 28 membros. Já se alertava, por ocasião do Tratado de Amsterdã, para o desgaste decorrente das restrições impostas por países como a Grã-Bretanha, cuja ação governamental (conservadora ou trabalhista) alimenta ambiguidade e facilita o euroceticismo, travando os avanços dos países interessados em progredir mais sistematicamente nos procedimentos de cooperação e integração. A paciência é assim colocada à prova e somente a persistência e a perseverança permitem manter a arquitetura de base dos tratados. O curso dos processos decisórios precisa de uma rede de parcerias institucionais e pessoais, fundamental para seu êxito manifesto.

5. Parceria

Um processo de integração multifacetado, como o europeu, depende de iniciativas e de parcerias. Tomada globalmente, a União Europeia teve nos Estados Unidos, e no sistema ocidental de alianças, um parceiro

confiável e constante. Isso não é suficiente para explicar, internamente, os mecanismos de parceria propriamente europeus. A Europa-Occidente possui uma história milenar de conflitos e rupturas. Por essa razão as comunidades europeias só podem realizar seus objetivos mediante a aplicação dos princípios formais da subsidiariedade, solidariedade e concertação se apoiada em parcerias. Dois tipos de parceria são decisivos. O primeiro é o da parceria entre atores formais, que movem as engrenagens dos governos e dos estados. O segundo é o da parceria institucional, que recebe um impulso histórica e politicamente relevante com o tratado de amizade franco-alemão de 1963.¹⁶ Esse tratado sinaliza a dupla importância das parcerias: a entre países e a entre sociedades. E a parceria entre ambos se encarna, pode-se dizer, na parceria entre Charles de Gaulle e Konrad Adenauer, para além de quaisquer divergências – e não foram poucas.

Entretanto, uma espécie de ‘rotinização’ europeia e um certo alheamento social produziram algum marasmo e ceticismo com relação à eficácia das parcerias europeias. As parcerias do início do século XXI têm diante de si, por conseguinte, uma agenda que desafia a paciência e a perseverança. A persistência dos objetivos, para criar uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, na qual as decisões são tomadas o mais perto possível dos cidadãos, está hoje entregue, do ponto de vista político e cultural, à habilidade e à presteza decisória dos gestores, mas precisa de ser legível pelos cidadãos, cuja adesão é indispensável. O surgimento e o êxito relativo de agremiações políticas nacionais autorreferenciadas (como o Podemos, na Espanha) ou hostis a qualquer iniciativa fora do âmbito nacional (como o UKIP, o Partido da Independência do Reino Unido) são indicadores da fragilidade dos pactos de parceria¹⁷.

¹⁶ Outros tratados têm relevância estratégica, como o teuto-polonês de 1991.

¹⁷ Ver MARTINS, E. de Rezende – *Parcerias almeçadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

6. Participação

A participação tornou-se uma reivindicação insistente dos movimentos sociais, à medida que entre o centro decisor de Bruxelas e a vida de cada dia um ‘mil folhas’ de instâncias e de repartições fazem parecer a União um leviatã ameaçador e indomável. Ainda há muito o que caminhar para viabilizar mecanismos participativos de alcance social. O ‘p’ de participação é ainda apenas uma bandeira de reivindicação.

7. Parlamentarização

A participação almejada pode ter de passar pelo sistema eleitoral e pelo fortalecimento contínuo do Parlamento Europeu.¹⁸ Vai nessa direção um movimento crescente (mas ainda pouco capilarizado nas sociedades, ao se constatar a taxa média de abstenção nas eleições de 2014) de valorização da participação por representação. Parlamentarismo e participação social vão juntos para vencer um sentimento de incompletude e de distanciamento. Esse sentimento não raro é explorado por políticos nacionais para alimentar processos de rejeição da União Europeia e para despertar fantasmas de um passado cuja superação é, no entanto, um valor de primeira grandeza no espaço e na cultura europeia. A vontade de participar, e de o fazer transnacional ou supranacionalmente, determina uma agenda de ação que não mais pode ficar refém dos gabinetes governamentais e dos conselhos executivos. A Europa é um projeto de vida dos europeus. E uma lição de coragem para outras regiões do mundo.

¹⁸ Ver LUCIANO, Bruno Theodoro – *Democratizando a Integração: Eleições Diretas para os Parlamento Europeu e do Mercosul*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Dissertação de Mestrado. DRUMMOND, Maria Claudia – *A democracia desconstruída. O déficit democrático nas Relações Internacionais e os parlamentos da integração*. Brasília: Senado Federal, 2010.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.
- BAYROU, François; BARRE, Raymond – *Le défi américain. Menace ou atout pour la construction européenne*. Paris: Economica, 1998.
- CARBONNELL, C.-O. et al – *Une histoire européenne de l'Europe*. Toulouse: Privat, 2000.
- CASTRO SOARES, Nair de Nazaré; MOREDA, Santiago López – *Gênese e consolidação da ideia de Europa*. Vol. IV: Idade Média e Renascimento. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- COUDENHOVE-KALERGI, R. *Pan-Europa*. 1923 (ed. francesa: Paris: PUF, 1988).
- DEVRET, Jean-François – *L'élargissement de l'Union Européenne, Jusqu'où?* Paris: l'Harmattan, 2004.
- DEVRET, Jean-François – *La nouvelle identité de l'Europe*. Paris: PUF, 1997.
- DRUMMOND, Maria Claudia – *A democracia desconstruída. O déficit democrático nas Relações Internacionais e os parlamentos da integração*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- FEBVRE, Lucien – *L'Europe. Genèse d'une civilisation*. Paris: Perrin, 2000.
- FIALHO, Maria do Céu; SILVA, Maria de Fátima Sousa; ROCHA PEREIRA, Maria Helena (Orgs.) – *Gênese e consolidação da ideia de Europa*. Vol. I: *De Homero ao fim da época clássica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.
- FONDATION ROBERT SCHUMAN. *Le défi américain. Menace ou atout pour la construction européenne*. Paris: Economica, 1998.
- HOBSBAWM, Eric – *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOWSE, Robert; NICOLAIDES, Kalypso (Orgs.) – *The Federal Vision: Legitimacy and Levels of Governance in the United States and the European Union*. Princeton University Press, 2001.
- KUNDERA, Milan – «Un 'Occident kidnappé' ou la tragédie d'Europe centrale». In *Le Débat* 1983/5, N.º 27, p. 3-23.
- LUCIANO, Bruno Theodoro. *Democratizando a Integração: Eleições Diretas para os Parlamento Europeu e do Mercosul*. Diss. M.A., Universidade de Brasília, 2013.
- MARTINS, Estevão de Rezende – «União Europeia: política externa entre ambição e ficção». In: LESSA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (orgs.). *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 215-236.

- MARTINS, Estevão C. de Rezende – «Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013)». In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. V. 56, N.º1, 2013, pp. 60-84.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende In *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 215-236.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende – *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende – *Parcerias almejadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco (Org.) – *Génese e consolidação da ideia de Europa. Vol. III: O mundo romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.
- WOODS, Ngaire – *The European Desunion*. Consultado em 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/2015-12-14/european-disunion>
- ZWEIG, Stefan – *Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers*. Estocolmo: Bermann-Fischer, 1942.